

O PENSAMENTO FUNCIONALISTA NA ARQUIVOLOGIA, NA BIBLIOTECONOMIA E NA MUSEOLOGIA

Resumo Neste texto são apresentadas as formulações teóricas presentes nos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, inspiradas por uma perspectiva funcionalista. Num primeiro momento apresenta-se o movimento intelectual do funcionalismo e o contexto de formação disciplinar das três áreas. A seguir, são apresentadas as manifestações funcionalistas em cada uma delas. Conclui-se que tal movimento teórico teve imensa importância para as três áreas, na medida em que deslocou o eixo de preocupações das instituições, seus acervos e suas técnicas para o seu papel na sociedade e suas relações com a cultura, ajudando também a superar as rígidas distinções disciplinares entre elas.

Carlos Alberto Ávila Araújo

Diretor e professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Graduado em Jornalismo pela Fafich/UFMG (1996), mestrado em Comunicação Social pela Fafich/UFMG (2000), doutorado em Ciência da Informação pela ECI/UFMG (2005) e pós-doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011).

E-mail: casalavila@yahoo.com.br

Palavras-Chave: Funcionalismo; Arquivologia; Biblioteconomia; Museologia

FUNCTIONALIST APPROACH IN ARCHIVAL SCIENCE, LIBRARY SCIENCE AND MUSEUM STUDIES

Abstract: In this paper we present the theoretical formulations present in Archival Science, Library Science and Museum Studies, inspired by a functionalist perspective. At first we present the intellectual movement of functionalism and the disciplinary context of the three areas. The following shows the functionalist approaches in each. We conclude that such theoretical movement had a great importance for the three areas, in that it shifted the axis concerns of the institutions, their collections and their techniques to their role in society and its relationship to culture, while also helping to overcome rigid disciplinary distinctions between them.

Keywords: Functionalism; Archival Science; Library Science; Museum Studies.

1 INTRODUÇÃO

O Funcionalismo é uma corrente teórica surgida no final do século XIX e que teve um gigantesco impacto em todas as ciências humanas e sociais, chegando aos dias atuais como a perspectiva teórica hegemônica em várias delas. Sua inspiração básica é o modelo de organismo vivo: cada parte, cada órgão, compondo sistemas (conjuntos de órgãos) que desempenham determinadas funções para a manutenção do equilíbrio do todo. Com base nesse raciocínio, diversas disciplinas científicas desenvolveram modelos de compreensão buscando identificar “todos orgânicos” (uma sociedade, uma cidade, uma empresa, uma escola), suas partes constitutivas (setores, departamentos, grupos, classes), bem como determinar as funções desempenhadas por cada uma das partes (bem como detectar possíveis disfunções).

Esse modelo teórico surgiu nas ciências “matrizes” do campo das ciências humanas e sociais. Na Sociologia, sua presença se deu desde o nascimento da disciplina, com Émile Durkheim inaugurando toda uma perspectiva de estudos funcionalistas sobre as sociedades e as relações sociais, na Europa, e com Lazarsfeld, Merton e Parsons dando continuidade à sua perspectiva de pesquisa nos Estados Unidos. Na Psicologia, os trabalhos de pioneiros como Watson e Pavlov, buscando uma fundamentação propriamente científica para a área, levaram à consolidação do Behaviorismo (ou Comportamentalismo) como abordagem de pesquisa. Na Antropologia, Malinowski, Radcliffe-Brown e Mauss, entre outros, também a partir de uma perspectiva funcionalista buscaram preparar os fundamentos científicos da disciplina. E não apenas nas disciplinas “matrizes” das ciências humanas e sociais se verificou a presença de teorias funcionalistas – gradualmente, essa presença foi se espalhando para as demais ciências, de natureza mais “aplicada”, como a Economia, a Administração, a Pedagogia e muitas outras.

O mesmo se deu no âmbito das disciplinas científicas voltadas para os documentos e para as instituições de guarda e disseminação dos registros do conhecimento humano – ou seja, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia. No caso destas três disciplinas, o aporte de uma perspectiva funcionalista foi fundamental, tanto para sua consolidação como disciplinas científicas como, também, para uma ampliação do escopo de pesquisa para além do trinômio documentos-instituição-tratamento – ou seja, para além das questões internas e específicas das instituições arquivo, biblioteca, museu, e seus princípios de funcionamento. A

perspectiva funcionalista alterou substancialmente a produção de conhecimentos nas três áreas na medida em que buscou problematizar e tensionar as relações destas instituições (e de seus acervos e os procedimentos técnicos para tratá-los) com as sociedades em que elas se inserem, trazendo uma perspectiva mais ampla e complexa aos campos de estudo. O objetivo deste texto é justamente reunir e sistematizar as diversas contribuições funcionalistas ao longo da produção científica em Arquivologia, em Biblioteconomia e em Museologia, justamente para fazer ressaltar a imensa contribuição teórica desta perspectiva.

2 A CONSOLIDAÇÃO DISCIPLINAR DAS TRÊS ÁREAS

Refletir sobre os campos de conhecimento da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia conduz às primeiras atividades culturais humanas – entendendo aqui cultura como a ação simbólica, humana, de interpretar o mundo e de produzir registros materiais dessas ações em qualquer tipo de suporte físico. Mas foi com a invenção da escrita e do estabelecimento das primeiras cidades, no início dos processos de sedentarização das coletividades, há mais de cinco milênios, que apareceram as primeiras manifestações de espaços específicos voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais. Autores que tratam da história dos arquivos, bibliotecas e museus frequentemente listam algumas instituições que se tornaram paradigmáticas (como os arquivos de Ebla, a Biblioteca de Alexandria, o *Museion* alexandrino), embora distinções muito rígidas do que seria arquivo, biblioteca ou museu se revelem infrutíferas (SILVA, 2006). No Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e consolidaram-se numerosos arquivos, bibliotecas e museus, relacionados com os mais diversos fins – religiosos, políticos, econômicos, artísticos, jurídicos, entre outros.

Contudo, foi com o Renascimento, a partir do século XV, que surgiram os primeiros traços efetivos daquilo que se poderia chamar de um conhecimento teórico específico nas três áreas, com a publicação dos primeiros tratados relativos a estas instituições. Nesta época, renasceu o interesse pela produção humana, pelas obras artísticas, filosóficas e científicas – tanto as da Antiguidade Greco-Romana como aquelas que se desenvolviam no próprio momento. Salientou-se assim o interesse pelo culto das obras, pela sua guarda, sua preservação.

Proliferaram, entre os séculos XV e XVII, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características. A produção simbólica humana, compreendida como um “tesouro” que precisaria ser devidamente preservado, tornou-se objeto de uma visão patrimonialista (o conjunto da produção intelectual e estética humana, a ser guardado e repassado para as gerações futuras). Contudo, o foco do interesse fixou-se no conteúdo dos acervos, constituindo arquivos, bibliotecas e museus apenas instituições a serviço dos campos de estudo da Literatura, das Artes, da História e das ciências. Não se construíram, neste momento, conhecimentos arquivísticos, biblioteconômicos ou museológicos consistentes (para além de algumas regras operativas muito próximas do senso comum), mas apenas conhecimentos artísticos, literários, filosóficos ou históricos sobre os conteúdos guardados nestas instituições.

O passo seguinte na evolução destas áreas do conhecimento se deu com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcam a transição do Antigo Regime para a Modernidade. Opera-se uma profunda transformação em todas as dimensões da vida humana (na política, na economia, no direito) e, dessa forma, também os arquivos, as bibliotecas e os museus são drasticamente transformados. Surgem os conceitos modernos de “Arquivo Nacional”, “Biblioteca Nacional”, “Museu Nacional”, que têm no caráter público (no sentido de “nacional”, relativo ao coletivo dos nascentes Estados modernos) sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições. A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação dos primeiros cursos profissionalizantes, voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em Humanidades (ou seja, os assuntos dos acervos guardados).

Por fim, com a consolidação da ciência moderna como forma legítima de produção de conhecimento e de intervenção na natureza e na sociedade, também o campo das humanidades se viu convocado a constituir-se como ciência. Surgiram então, ao longo de todo o século XIX, diversos manuais que buscam estabelecer o projeto de constituição científica da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. O modelo de ciência então dominante, oriundo das ciências exatas e naturais, voltado para a busca de regularidades, estabelecimento

de leis, ideal matemático e intervenção na natureza por meio de processos técnicos e tecnológicos, se expandiu para as ciências sociais e humanas através do Positivismo. Esse é o modelo que inspirou as pioneiras conformações científicas das três áreas, que privilegiou os procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de inventariação, catalogação, descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais de arquivos, bibliotecas e museus. Opera-se um verdadeiro “efeito metonímico”: aquilo que antes era uma parte do processo (operações técnicas para possibilitar o uso das coleções) se torna o núcleo, o essencial, em alguns casos a quase totalidade do conteúdo dos nascentes campos disciplinares. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tornaram-se as ciências (positivas) voltadas para o desenvolvimento das técnicas de tratamento dos acervos que custodiam. Ao mesmo tempo, o movimento de consolidação positivista destas áreas de conhecimento promoveu, de uma só vez, sua “libertação” de outras áreas das quais eram apenas campos auxiliares (como as Artes, a História, a Literatura) e a sua autonomização científica, sendo por meio desta que se opera a separação efetiva entre as três áreas, cada uma com seu conjunto específico de técnicas.

Mais do que oposições, os três movimentos acima destacados se somam. A perspectiva patrimonialista volta-se para os “tesouros” que devem ser custodiados, ressaltando a importância da produção simbólica humana. Ainda que preservado em parte o sincretismo verificado nos séculos anteriores, há já alguma distinção entre arquivos, bibliotecas e museus. A entrada na Modernidade enfatizou as especificidades das instituições arquivos, bibliotecas e museus, que devem ter estruturas organizadas e rotinas estabelecidas para o exercício da custódia. E a fundamentação positivista priorizou as técnicas particulares de cada instituição a serem utilizadas para o correto tratamento do material custodiado. Constituem-se assim, nos finais do século XIX e início do século XX, os elementos que marcaram a consolidação de um paradigma patrimonialista, custodial e tecnicista (SILVA, 2006) para as três áreas.

3 O APORTE DO PENSAMENTO FUNCIONALISTA

O modelo vigente no final do século XIX, como se viu, acabava por privilegiar, nas três áreas, um modelo de pensamento voltado essencialmente “para dentro”: para os documentos e acervos guardados nas instituições arquivo, biblioteca e museu; para as rotinas

e dinâmicas destas instituições; e para as regras de tratamento destes acervos. Ainda nos finais do século XIX, contudo, em plena vigência e consolidação do paradigma patrimonialista, começaram a surgir ensaios, manifestos e iniciativas que evocavam mudanças no modo de se conceberem os arquivos, bibliotecas e museus. Adjetivos como “vivo”, “dinâmico”, “atuante” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nestas instituições de modo a se combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmas, seu isolamento do conjunto geral da sociedade. O ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, foi um dos motes dessa abordagem. De outro lado, o discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade, dos investimentos feitos, também convocou a que se pensasse e problematizasse as funções dos arquivos, bibliotecas e museus. É nesse contexto que se desenvolveram as teorias funcionalistas das três áreas, ao longo do século XX, e com especial ênfase em anos recentes com o advento das tecnologias digitais, que encontraram no pensamento funcionalista um modelo teórico fundamental para a colocação e o desenvolvimento de determinadas problemáticas.

4 PENSAMENTO FUNCIONALISTA NA ARQUIVOLOGIA

Sendo ao mesmo tempo um sintoma da afirmação disciplinar da Arquivologia e um ensaio da redefinição de suas relações com a História e a Administração, foi publicado em 1922 “*A manual of archive administration*”, por Hillary Jenkinson. O autor buscou enfatizar a administração dos arquivos, argumentando que o profissional não deve ser um historiador. Para ele, o mais importante não é deter o conhecimento em História (ou na área com a qual lida o arquivo, por exemplo, metalurgia), mas sim em entender de arquivo, dos aspectos relacionados ao arquivo (edificação, custódia, etc), do ponto de vista da Arquivologia. Jenkinson propõe uma espécie de “libertação” da subserviência, por parte do arquivista, a outros campos do saber, em prol de um conhecimento específico sobre os arquivos. Argumenta Jenkinson que os arquivos se formam porque têm duas qualidades importantes, a imparcialidade e a autenticidade, as quais levam ao conhecimento da verdade – a verdade arquivística, não a verdade histórica ou de qualquer outra área, que seriam já consequência da investigação e do uso destes arquivos por parte dos profissionais de outras áreas. Tal ponto de vista começou a trazer a questão da eficácia para o universo dos arquivos: tanto a eficácia na

gestão dos arquivos como instituições (dotadas de recursos, procedimentos, etc) como da adequação de sua função para a sociedade à qual os arquivos atendem.

Poucos anos depois, em 1928, Eugenio Casanova publicou “*Archivistica*”. Já se manifesta nele uma preocupação sistêmica, pois ele não separa o arquivo administrativo do arquivo histórico (dado que o segundo deriva do primeiro) e no mesmo conceito integra tanto os arquivos públicos como os privados. De acordo com ele, a Arquivologia é composta por três partes: uma relativa à administração geral dos arquivos enquanto instituições (chamada “*archiveconomia*”, termo tomado aos alemães); outra relativa à organização interna dos documentos; e outra relativa à sua natureza jurídica e seus serviços (CASANOVA, 1928). Um dos tópicos mais importantes diz respeito às funções dos arquivos, e Casanova (1928) aponta que, além de recolher os documentos representativos da atividade de entidades e organismos, garantindo sua segurança e preservação, também constitui sua função fazer isso com um menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo e administrando os custos. E tudo isso porque, na visão do autor, os arquivos não deveriam ser criados por um “capricho”, mas sim para responderem a uma efetiva necessidade das sociedades.

Mas é no período entre-guerras que um outro tipo de preocupação aparece para o campo da Arquivologia: trata-se da questão da avaliação de documentos, que emerge em consequência tanto do aumento da produção de documentos como do imperativo da eficácia no âmbito das organizações. Até então, havia diferentes posições em relação ao assunto. Na Inglaterra, adotava-se como postura a ideia de que, na destruição de documentos, não deveria haver qualquer intervenção, por parte dos profissionais de arquivo, pois isso não faria parte das suas atribuições. Tal posição, sustentada por Jenkinson (1922) e adotada pela Arquivologia inglesa, propunha como solução deixar a tarefa de eliminação a cargo das próprias administrações.

Na Alemanha, a questão da eliminação sempre foi valorizada, a ponto de Karl Otto Muller, em 1926, considerar o problema da avaliação como a questão crucial em matéria de arquivos (SILVA et al., 1998). A consequência direta disso foi a necessidade de se negar às administrações o direito de serem únicos juízes em matéria de seleção documental – trazendo para o escopo da Arquivologia parte da responsabilidade pela decisão na avaliação. Os princípios defendidos pelos arquivistas alemães foram consubstanciados em três regras básicas para a avaliação, ratificadas no encontro anual de arquivistas alemães, em 1937, na

cidade de Gotha (SILVA et al., 1998). Essas regras estabeleciam como parâmetros essenciais da avaliação a idade, o conteúdo e a posição hierárquica da entidade produtora, no âmbito da administração.

Uma terceira visão, inspirada na proposta alemã, começou a ser posta em prática na então República Democrática Alemã e outros países socialistas, como a União Soviética e a Bulgária, a partir de uma concepção marxista-leninista do valor dos documentos, isto é, estes eram avaliados de acordo com a importância que tinham para a sociedade socialista, no seu objetivo histórico de levar a cabo a missão histórica da classe operária.

Uma quarta visão se desenvolve nos EUA. Até o início da década de 1940, predominava nesse país a ideia inglesa de deixar por conta administrações o papel decisório sobre a avaliação de documentos. Dois autores, contudo (Philip Brooks e Theore Schellenberg) vieram a desenvolver uma teorização própria sobre o valor dos documentos. Brooks (1940) chamou a atenção para três “categorias de valor”: a instituição de origem, o estudo da história administrativa da entidade produtora e a história em geral.

Mas é o trabalho de Schellenberg (1973), que se tornou um marco na Arquivologia, que se constituiu a principal referência para os arquivistas americanos. Lopes (2000) chega a propor que, com Schellenberg, constitui-se segunda vertente da Arquivologia: a tradição norte-americana, essencialmente pragmática, que concebe um arquivista voltado para todos os tipos de arquivos, em oposição à corrente “tradicional”, francesa, italiana e espanhola, focada nos arquivos históricos. Também Delsalle (1998, p. 191) destaca a importância dessa corrente como uma nova teoria arquivística.

Schellenberg (1973) considerou a existência de um valor primário (para a entidade produtora) e um valor secundário (para a investigação). Introduziu ainda a distinção entre valor evidencial e valor informativo como dois aspectos do valor secundário – o que significou, em certa medida, a incorporação dos critérios alemães para orientar a avaliação.

As ideias americanas sobre avaliação representam uma síntese das posições inglesa e alemã e procuram atingir um objetivo muito concreto: conservar um máximo de informação preservando um mínimo de documentos. Conforme Kolsrud (1992), os EUA conseguiram a façanha de destruir 99% da documentação produzida em certos serviços administrativos governamentais – com um impacto imenso tanto na questão da eficácia do funcionamento destes órgãos como proporcionando uma grande redução de custos. G. Philip Bauer chegou mesmo a defender que o valor dos documentos deveria ser ponderado em função dos custos

de sua preservação, solução pragmática que veio a ser enfatizada em anos mais recentes (PINKETT, 1981). Formou-se assim o campo da *Archival Appraisal*.

Um outro conceito que se afirma no pós-guerra, e que também se insere na perspectiva funcionalista, é o de *record group* – uma adaptação americana do “princípio da proveniência” tal como este era concebido na Europa. Tal conceito surgiu em 1941, no *National Archives* de Washington, para possibilitar uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades. Como explica Pinkett (1981), os documentos recebidos pelos arquivos americanos, procedentes das administrações, tendiam a apresentar-se muito mais desorganizados do que os europeus, onde a tradição administrativa era mais propícia a possibilitar o respeito pela ordem original após as incorporações nos arquivos definitivos.

A formalização deste conceito acabou por propiciar o surgimento do fenômeno da *records management*, bastante ligado ao contexto do crescente aumento da produção documental. A *records management* visava a intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental. De acordo com Pinkett (1981), essa visão americana marca a preponderância das considerações pragmáticas sobre o arranjo de documentos.

A gestão documental afirmou-se como uma nova área com estreito vínculo com a Administração, marcando uma ruptura com a Arquivologia até então mais voltada para a documentação de interesse histórico. Passou a referir-se não só à produção e uso de documentos mas, também, à avaliação e seleção destes. Essa nova área foi encarada pelo Congresso americano como fundamental para a administração, a ponto de, em 1947, ter sido criado um grupo específico para se dedicar ao problema da *records management*, com o objetivo de reduzir os custos da produção documental e melhorar a qualidade dos documentos. Em consequência dos trabalhos desse grupo, foi promulgado em 1949 um decreto que criou o *General Service Administration*, ao qual ficou submetido o Arquivo Nacional, agora com a designação de *National Archives and Records Service* (NARS).

Uma iniciativa paralela, de acordo com Delsalle (1998) deu-se, também nos EUA, a partir de 1914, por iniciativa de Irene Warren, da Universidade de Chicago, que reuniu um grupo de interessado em classificação de documentos. Em 1927 esse grupo formalizou uma associação em Chicago que, em 1954, tornou-se nacional: a *American Records Management*

Association. No seio desta associação será criada posteriormente o periódico *Records Management Quarterly*.

Salaiün e Arsenault (2009) chegam mesmo a colocar o *records manager* como membro da mesma “família” que o documentalista e o bibliotecário especializado, todos eles (guardadas suas particularidades) resultado de uma mudança de paradigma ocorrida na primeira metade do século XX, da ênfase na coleção de livros e documentos para a questão dos usos e necessidades de informação.

Dessa forma, foi valorizada uma nova dimensão dos arquivos, até então pouco considerada pelo modelo historicista vindo do paradigma patrimonialista, pela abordagem americana, por meio da teoria do valor dos documentos e da prática de gestão de documentos.

Destaca-se também o impacto da evolução tecnológica, principalmente a partir da segunda metade da década de 1940, em variados aspectos dos arquivos e das etapas da “vida” dos documentos. A esta evolução associou-se o fenômeno que ficou conhecido como “explosão documental”. Os meios automáticos, que começaram a ser associados ao tratamento da informação, revolucionaram os processos até então usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação havia ganhado estatuto de recurso indispensável da investigação e do desenvolvimento. O fenômeno da explosão documental colocou para os arquivos um novo problema e, como consequência, a necessidade de medidas de caráter pragmático para as incorporações nos já saturados arquivos históricos – tal fato potencializou o problema da avaliação e das eliminações. Delsalle (1998) argumenta que, junto com a preocupação com novos tipos de documentos e novos princípios arquivísticos (a teoria das idades do documento de Schellenberg), as novas tecnologias compõem um quadro que revoluciona a Arquivologia no período que vai de 1950 a 1980, desde o impacto do microfilme (que é pela primeira vez problematizado teoricamente na *Gazette des Archives* de 1950) às repercussões da tecnologia digital no fazer arquivístico.

Uma vertente completamente diferente, dentro da Arquivologia, mas que também representa uma manifestação do pensamento funcionalista, é a que vincula a atividade arquivística à ação cultural. Conforme Alberch i Fugueras et al. (2001), trata-se de uma parcela muito pequena do campo (que se desenvolveu em grande parte na tradição da pesquisa histórica e da gestão de documentos no âmbito administrativo) mas que, nem por isso, tem menor importância, na medida em que vem desempenhar uma outra função dos

arquivos - uma função cultural e pedagógica – por meio da qual os arquivos se dinamizam. Conforme os autores, tal âmbito de atividades representa uma “função”, porque tem a força de situá-la em pé de igualdade com a clássica e irrenunciável função jurídico-administrativa dos arquivos, e é, ao mesmo tempo, estratégia de “ação e dinamização”, porque pressupõe vontade de atuação, de movimento, de manifestação de uma força, desejo de fazer chegar esses serviços e produtos ao grande público.

Os autores destacam ainda uma série de ações que podem ser levadas a termo pelo arquivos no desenvolvimento desta função: arquivos itinerantes, congressos e colóquios, exposições, jogos e concursos, recreações, visitas guiadas, serviços de orientação, entre muitas outras.

Conforme argumentam Alberch i Fugueras et al. (2001), o objetivo primeiro dos arquivos, de organizar e conservar adequadamente os documentos, adquire toda a sua dimensão cidadã ao se assumir que eles colaboram para a aceitação dos valores de patrimônio público, memória, identidade e conhecimento. Existe, pois, um papel dos arquivos no fomento e difusão dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais. Esses valores se expressam numa sequência. O primeiro, a noção de patrimônio cultural de valor histórico, consiste num valor essencial e básico dos arquivos, sobre o qual se apóiam os outros valores. O segundo se relaciona com a função dos arquivos como elementos que garantiriam a possibilidade de promover e recuperar a memória coletiva, a partir da ideia de que é preciso construir o futuro sobre as sólidas bases de um conhecimento amplo e crítico do passado. O terceiro valor, de que os arquivos são importantes protagonistas para os processos de recuperação e fortalecimento das identidades (locais ou nacionais), relacionado com a necessidade dos indivíduos de conhecerem suas origens pessoais ou da sociedade a que pertencem. Por fim, os arquivos são também conhecimento, na medida em que guardam um imenso capital informativo, a cujo acesso podem favorecer mediante uma série de serviços. Conforme argumentam os autores, pois, tais valores expressam a capacidade dos arquivos de se converterem em agentes dinamizadores da cultura. Contudo, a função cultural como tarefa substancial dos arquivos não é assumida de forma unânime dentro do campo – alguns não a defendem alegando não haver recursos para isso, outros porque entendem que os arquivos não devem realizar atividades de tipo cultural. Existiram, portanto, razões práticas e teóricas para a ausência dessa função cultural em grande parte da reflexão teórica e das atividades práticas em Arquivologia. Contudo, na visão dos autores, é justamente essa visão que estaria mudando

com a chegada de uma perspectiva que valorizasse o “fora” dos arquivos – não é por acaso que eles propõem um “manual de dinamização”.

Por fim, merecem destaque duas abordagens teóricas mais recentes. Uma delas se deu com a criação do Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP), estruturado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no âmbito de seu Programa Geral de Informação (PGI) criado em 1976. Tal programa assegurou a publicação de importantes trabalhos em diferentes áreas da Arquivologia, tais como os de Kula (avaliação de arquivos de imagens em movimento); de Naugler (registros eletrônicos); de Guptil (documentos de organizações internacionais); de Harrison e Schuurma (arquivos sonoros) e de Cook (documentos contendo informações pessoais), chegando às perspectivas contemporâneas voltadas para o impacto das tecnologias digitais para as práticas arquivísticas (DOLLAR, 1992).

A segunda foi a inovação teórica promovida pela Arquivística Integrada, que surgiu no começo dos anos 1980 com o artigo inaugural de Ducharme e Rousseau, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Couture e Rousseau formalizaram a busca de uma síntese dos *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia, isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada. Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina.

5 PENSAMENTO FUNCIONALISTA NA BIBLIOTECONOMIA

Uma importante e pioneira expressão do pensamento funcionalista na Biblioteconomia encontra-se na obra do espanhol Lasso de la Vega (1952). Em seu tratado sobre o assunto, o autor argumenta que, inicialmente, as bibliotecas eram instituições voltadas unicamente para a conservação dos livros e que, naquele momento (década de 1950) estavam passando a se constituir como instituições pedagógicas ativas, verdadeiras “universidades populares” (LASSO DE LA VEGA, 1952, p. 03). Na evolução do conceito de “biblioteca” realizada pelo autor, tal instituição saiu de um papel de depósito de livros postos ao alcance de alguns privilegiados para tornar-se a “mais democrática” das instituições. As bibliotecas teriam

conseguido isso abandonando a posição passiva de esperar pelos usuários e assumindo a tarefa de buscar o livro adequado para cada leitor. Além disso, vincularam-se a uma perspectiva de eficácia na medida em que buscaram fazer os livros renderem a cada cidadão o máximo fruto, de forma mais eficaz e no menor tempo possível.

Assim, Lasso de La Vega (1952) apresenta uma mudança no conceito da profissão de bibliotecário, não mais como um conservador do “museu do livro”, de “braços cruzados” limitando-se a ver como os usuários usam os livros, mas um agente propulsor de cultura. E situa essa mudança de postura em meados do século XIX, com os movimentos pela biblioteca pública iniciados na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos.

Assim, é ao movimento das bibliotecas públicas do século XIX que é preciso retornar para se encontrar as raízes do pensamento funcionalista biblioteconômico. Conforme Rebelo (2002, p. 80), “o conceito de biblioteca aberta ao público, de forma gratuita e a horas fixas, surge ainda no decurso do século XVII. Em França, por exemplo, nas vésperas da Revolução Francesa, o número de bibliotecas municipais ascendia já a 43”. Porém, “os fundos das primeiras bibliotecas populares estavam completamente desajustados dos interesses e das necessidades da maior parte dos potenciais leitores” (REBELO, 2002, p. 163).

Na análise promovida por Rebelo, ele identifica que as primeiras bibliotecas públicas ainda não o eram efetivamente, mas apenas por princípio, por continuarem elitistas, tanto em sua postura na relação com os leitores como em relação aos acervos (construídos em grande parte a partir do confisco de coleções do clero e de alguns aristocratas) de que dispunham. Um retrato desse tipo de biblioteca é apresentado por Nunes (1996, p. 57):

Fechadas em si mesmas, solenes e pouco convidativas, dificultando muitas vezes o acesso à informação, com fundos que pouco ou nada têm a ver com os interesses da generalidade da população, as bibliotecas acabam por ser um equipamento pago por todos para servir apenas parte a população. (NUNES, 1996, p. 57).

O mesmo autor aponta que surgia a necessidade de mudança contra o “conceito elitista de biblioteca, encarada apenas como depósito de conservação de livros nunca lidos ou de acesso reservado apenas para os eleitos” (NUNES, 1996, p. 57). Assim, a nova perspectiva insurgia-se contra a constatação de que “o ‘espírito de conservação’ sobrepõe-se ao de divulgação”, sendo que o “acolhimento de utilizadores e a função de referência, tarefas normalmente consideradas secundárias” (NUNES, 1996, p. 56).

Essa realidade irá começar a mudar na Inglaterra, “onde o espírito associativo era mais intenso, existiam já no século XVIII bibliotecas promovidas por associações e entidades privadas, fundamentalmente constituídas com fins morais, filantrópicos e religiosos. Mas foi apenas com a lei aprovada em 1850 que surgiram as primeiras bibliotecas públicas”. Assim também esclarece Fonseca (1992, p. 64): “a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XIX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade”.

Duas questões são essenciais nessa evolução. A primeira, a vinculação do projeto das bibliotecas públicas aos ideais iluministas:

No final do século XIX desenvolve-se uma ideologia social de progresso que rejeita todo o privilégio, toda a exclusão e segregação no acesso à informação e ao conhecimento. Assim, a reflexão crítica sobre o papel intelectual e social das bibliotecas vem acentuar a necessidade de criar uma instituição original, capaz de estabelecer uma síntese entre a biblioteca tradicional e a biblioteca popular. (REBELO, 2002, p. 164).

Ainda conforme o autor,

outra mudança fundamental consistiu na tomada de consciência de que a conservação dos livros não era um fim em si mesmo. É o leitor que cria a utilidade do livro e, por isso, a verdadeira função de uma biblioteca deve ser a de fazer circular os livros, isto é, torná-los acessíveis onde quer que o leitor se encontre. (REBELO, 2002, p. 165).

Surge a partir desse movimento uma nova definição de biblioteca pública, para a qual “tem que existir uma ligação directa e profunda entre a biblioteca pública e a comunidade servida, ou a servir” (NUNES, 1996, p. 41).

Assim, os *Public Library Movements* destacam, por um lado, a importância de se atingir todos os indivíduos da sociedade, propondo uma reformulação do conceito de biblioteca (passando a entendê-las como agentes ativos no processo democrático). Por outro lado, diversas inovações práticas surgem nas bibliotecas para aumentar a acessibilidade física e intelectual (priorizando os serviços de referência, adequando os acervos, criando instrumentos mais fáceis para a busca, entre outros). Data de 1876, aliás, o discurso *The desirableness of establishing personal intercourse and relations between librarians and readers in popular libraries*, de Samuel Green, tido como o “texto germinal dos posteriormente chamados Serviços de Referência” (FONSECA, 1992, p. 78).

O salto teórico-conceitual dessa abordagem se deu com o grupo de pesquisadores reunidos na *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, onde em 1928 foi criado o primeiro programa de doutoramento em Biblioteconomia (o único até 1948, quando foram criados novos programas em Illinois e Michigan). Para López-Cózar (2002), o grupo de Chicago foi fundamental para se sair de uma Biblioteconomia de orientação meramente profissionalista para uma científica. Entre os principais trabalhos do grupo, ele destaca o livro *Investigating Library Problems*, publicado por Douglas Waples em 1939, que constitui o primeiro manual de metodologia de pesquisa em Biblioteconomia. Destaca também o início da publicação do periódico *Library Quarterly*, em 1931, a primeira revista científica do campo. O primeiro número desta revista foi um manifesto em favor da cientificidade do campo da Biblioteconomia através do desenvolvimento de estruturas de investigação. Um dos artigos publicados foi o de Williamson, com críticas às investigações da área que, até aquele momento, não passavam de trabalhos esporádicos realizados individualmente. Tanto é assim que, na Universidade de Columbia, o antigo curso de *Library Economics* já havia mudado sua designação para *Library Service*. O autor também defende que a biblioteca deve ser mais uma instituição social com fins educativos do que um local de tratamento empírico dos livros armazenados.

Também na avaliação de Lopes-Cózar (2002, p. 63), merece destaque o livro *An introduction to Library Science*, de Butler, publicado em 1933 e que representa um “novo paradigma” na medida em que busca substituir a *Library Economics* consagrada pela Universidade de Columbia por uma *Library Science*. Para Fonseca (1992, p. 27), “essa obra é um dos primeiros produtos da *Graduate Library School* da Universidade de Chicago, que renovou a biblioteconomia nos Estados Unidos, dando-lhe orientação humanística”. Ainda conforme Fonseca (1992), surge também no grupo de Chicago o apelo por um fundamento filosófico para a Biblioteconomia, apelo este lançado por J. Periam Danton no volume 4 de *Library Quarterly*, em 1934 e levado efetivamente nas décadas seguintes por Broadfield e Shera, vinculados ao grupo de Chicago, mas também pelos indianos Ranganathan e Mukherjee.

Mostafa (1985) distingue dois grandes grupos de teóricos da Biblioteconomia: um deles, caracterizado como “cientificista”, originou-se com a perspectiva tecnicista e concentrou-se na questão dos métodos biblioteconômicos. O segundo grupo, na visão da autora, é a “corrente humanista”, centrada na questão dos fins, da finalidade da biblioteca –

tratada, no caso de Chicago e da Biblioteconomia que se desenvolveu a partir daí, sob o espírito do liberalismo, do direito universal à informação, para atender a uma necessidade real da sociedade. Há assim um vínculo fundamental entre a biblioteca e a função educacional: “A Biblioteconomia sempre esteve ligada à educação, desde o seu nascedouro em fins do século XIX” (MOSTAFA, 1985, p. 78).

Também a apresentação do campo da Biblioteconomia de López Yépes (2006) aponta a vertente funcionalista como uma mudança importante em relação ao modelo anterior. O autor espanhol identifica a existência de uma Biblioteconomia “pré-científica”, da antiguidade ao final do século XIX, em que esta é fundamentalmente a arte de conservar os “tesouros” dentro das bibliotecas, e as técnicas necessárias para essa função. A seguir, a constituição científica do campo, em finais do XIX, que se dá num primeiro momento a partir do entendimento da biblioteca como centro de educação e de lazer, e os bibliotecários como difusores de informação. Trata-se do momento de aparição do movimento da biblioteca pública e da preocupação com a leitura e o acesso aos livros por parte das classes populares. Tal constituição irá se concretizar efetivamente com a consolidação da *Library Science* por parte do grupo da Universidade de Chicago.

Uma das abordagens mais contundentes da função da biblioteca na sociedade é a de Litton (1975), para quem a biblioteca é instrumento para “vencer o analfabetismo, desviar as mentes jovens do vício e do crime”, sendo importante pois “acelera o progresso industrial” e é uma “semeadora de conhecimentos e verdades por todo o mundo” (LITTON, 1975, p. xiii).

A mais elaborada construção funcionalista do significado da biblioteca é realizada por Shera (1976). Conforme esse autor, cada sociedade forma e utiliza suas coleções de registros materiais de conhecimento de uma forma particular, ou seja, os movimentos culturais são determinantes na conformação da instituição biblioteca (na natureza de sua coleção, dos serviços oferecidos e das formas de ela ser administrada). Das tabuinhas de argila na Suméria aos papiros no Antigo Egito, passando pelos monastérios medievais e chegando à “moderna biblioteca livre” (SHERA, 1976, p. 13), a biblioteca viveu uma série de transformações, condicionadas pelas necessidades da sociedade à qual pertencia. Apesar das variações, contudo, há elementos constantes, que dão à biblioteca uma coerência institucional que permanece inalterada.

Para Shera (1976), o fundamento da biblioteca se encontra no fato de existir para ir ao encontro de certas necessidades sociais. As funções da biblioteca variam em função das

necessidades das diferentes sociedades nas diferentes épocas e, assim, a biblioteca deve ser mais do que “truques para encontrar determinado livro”, deve atender a sociedade em todas as suas potencialidades.

Dessa forma, o autor resgata a importância do movimento das bibliotecas públicas no século XIX como provocador de uma das maiores mudanças organizacionais da “aventura humana”, quando toda a população se viu qualificada para participar do controle dos sistemas político e econômico em que vive.

Para entender mais profundamente o papel da biblioteca no enquadramento cultural da sociedade, e conferir fundamento filosófico para a prática bibliotecária, o autor propõe a criação de uma nova área do saber, denominada “Epistemologia Social” para estudar justamente o papel social do conhecimento, as interações entre os processos intelectuais (conhecimento produzido) e as atividades sociais. O autor apresenta um quadro, pois, em que há uma evolução das funções da biblioteca, da aquisição (saber o que adquirir, em termos das necessidades dos usuários), passando pela organização (arranjo dos materiais na biblioteca para tornar seu conteúdo acessível) chegando à interpretação (ato de promover o encontro dos leitores e dos livros, razão de ser da biblioteca, mas que não existe sem as outras duas funções).

Num contexto radicalmente diferente, a Índia, aparece uma outra teorização de natureza acentuadamente funcionalista. Trata-se do trabalho de Ranganathan, considerado por muitos o “pai” da Biblioteconomia contemporânea. Entre as diversas contribuições deste autor (como a teoria da classificação facetada e um sistema de classificação bibliográfica, a *Colon Classification*), destaca-se seu livro *Five Laws of Library Science*, de 1931. Nela, o autor apresenta aquelas que entende como sendo as cinco leis da Biblioteconomia: os livros são para uso; a cada leitor, seu livro; a cada livro, seu leitor; poupe o tempo do leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento. Por detrás da aparente obviedade de alguns enunciados, encontra-se uma problematização que busca justamente enfatizar a importância do efetivo uso da biblioteca e de seus recursos e, ao mesmo tempo, o atendimento às necessidades da sociedade, por meio do atendimento a cada um de seus componentes.

Desenvolvimentos posteriores foram realizados por diversos autores. Entre eles, destaca-se James Thompson (1977), que apresenta 17 princípios da Biblioteconomia, alguns ligados às características da biblioteca e outros às habilidades que deve ter o bibliotecário. Entre esses princípios, destacam-se a necessidade do papel do bibliotecário estar em sintonia

com o sistema social ao qual pertence a biblioteca e sua inegável função de educador. Também Urquhart (1981) apresenta diversos princípios da Biblioteconomia, sendo o primeiro deles, possivelmente inspirado em Ranganathan, o de que as bibliotecas são para os usuários. Uma de suas mais interessantes ideias, conforme Fonseca (1992) é a de que “*no library is an island*”, parafraseando o verso “no man is an island” de John Donne.

Na segunda metade do século XX, ocorre uma revitalização da corrente funcionalista, principalmente com a chegada de materiais audio-visuais ao acervo das bibliotecas e seu alargamento na direção dos *media centers*, tornando-se *library media centers* ou “*learning resources centers*” (TAYLOR, 1981). A partir da década de 1980, várias grandes mudanças de tendências e influências no âmbito organizacional provocaram nas bibliotecas a reação de tornarem-se mais “*learning-and-student centered*”, isto é, mais responsiva às necessidades dos clientes (BUTLER, 1993). Ao mesmo tempo, a chegada das tecnologias digitais vem trazendo toda uma reconfiguração da própria estrutura dos produtos e serviços bibliotecários, com a questão das “bibliotecas digitais” (ROWLEY, 2002) ou da “biblioteca 2.0”, expressão formulada em 2005 por Michael Casey destacando a aplicação, na biblioteca, dos princípios e ferramentas da web 2.0 (FURTADO, 2009). Numa outra vertente, as funções da biblioteca ampliaram-se com a perspectiva de sua inserção na dinâmica de formação da esfera pública (VENTURA, 2002).

6 PENSAMENTO FUNCIONALISTA NA MUSEOLOGIA

Numa das melhores sistematizações do conhecimento museológico produzido ao longo dos séculos, Gómez Martínez (2006) defende que o campo se desenvolveu a partir de duas tradições. Uma delas é a “mediterrânea”, definida como “nominal-substantiva”, desenvolvida na Itália, Espanha e, principalmente, França, na qual os museus são vistos como instituições estáticas e a conservação é um fim em si mesmo, tendo o culto da obra e o prazer estético como corolário. Sua grande atividade é nomear e classificar os objetos atesourados, e seu modelo emblemático é o *Musée du Louvre*.

De outro lado, desenvolveu-se uma Museologia “anglo-saxã”, definida como “verbal”. Originada com os museus de ciência ingleses, teve como característica central sua dinamicidade, sua dimensão utilitária, prática. São museus voltados essencialmente para a

educação do público; nesse raciocínio, as coleções são apenas um meio, um instrumento, para atingir um outro objetivo.

Gómez Martínez (2006) faz uma interessante análise das características culturais dos dois universos, o mediterrâneo e o anglo-saxão, para explicar essa diferença, apontando que as diferenças museológicas seriam reflexo de concepções mais profundas sobre toda a realidade humana. Retorna à “velha teoria” dos “temperamentos” diferentes de cada região, o sul católico e o norte protestante. No sul, a cultura romana e latina teria como valores a beleza, o romantismo, a valorização da sensibilidade e dos prazeres, tendo como paradigma os museus de arte e projetando uma tradição museológica voltada para a conservação, a guarda, a contemplação.

Já a cultura anglo-saxã (e, em parte, a nórdica e a germânica), marcada pelo calvinismo e pelo puritanismo, teria uma preocupação com aspectos produtivos do trabalho, abominando o ócio, o desperdício, os motivos puramente artísticos. Além disso, outra característica do protestantismo, a intensa participação comunitária nas várias atividades, a conversão das igrejas em locais de reunião, encontro, se traduziu numa busca por museus constituídos por comunidades, pelo voluntariado na gestão dos museus locais – em oposição à tradição mediterrânea em que o Estado assumiu o controle e fez desnecessárias as voluntariedades individuais e locais.

Gómez Martínez aprofunda sua análise, recorrendo inclusive ao trabalho de Weber sobre as ligações entre a “ética protestante” e o “espírito do capitalismo”. Nos limites deste texto, contudo, basta perceber que existe, pois, uma projeção museística da esfera de valores e fatores históricos conduzindo a uma dupla tradição da Museologia. Seguindo esse raciocínio, trata-se de uma oposição que distingue claramente o paradigma patrimonialista à proposta funcionalista que, tendo se originado em terras inglesas com o modelo do *British Museum*, desenvolveu-se plenamente do outro lado do Atlântico, nos EUA.

Assim, já em 1891, William Flower publicou um trabalho em que defendia o “museu local”, isto é, um museu profundamente relacionado com a comunidade local à qual serve, tanto em termos da sua gestão quanto em relação aos itens da sua coleção. A importância dada à dupla função dos museus é central no discurso de Flower. Para ele, os modernos museus serviam para duas classes de homens, como explica Lutz (2008, p. 21):

os estudantes instruídos, capazes de fazer progredir a ciência, e outra classe de homens, muito mais numerosa, para quem os museus eram, ou deveriam ser, um poderoso meio para adquirir conhecimentos. Musealizada nas próprias organizações

das exposições, tal articulação fundamentou toda uma vasta discussão sobre concepções e propostas de separação de coleções de pesquisa e daquelas de instrução do público leigo. (LUTZ, 2008, p. 21).

A mesma autora, cujos originais são da década de 1930, explica a importância dessa ideia:

Na realidade, até as últimas décadas, os museus tinham descurado um tanto o aspecto popular de sua função educativa, dedicando-se quase que exclusivamente ao papel de elemento material subsidiário à disposição do pesquisador. As coleções eram organizadas de modo a facilitar as investigações científicas, não obstante a aridez desta modalidade de exposição (LUTZ, 2008, p. 30).

Pouco depois, em 1909, Benjamin Ives Gilman apresentou, no primeiro encontro da *American Association Museums*, um trabalho intitulado “*Aims and principles of the construction and management of museums of fine art*” (depois publicado no primeiro número de *The Museums Journal*). Ali, o autor já começava a esboçar a ideia de um “novo museu”, contra os princípios canônicos de constituição das coleções e das regras de exposição, propondo, em oposição ao valor de contemplação, o valor de uso, defendendo princípios como a simplicidade e a integração - contra a segregação (GILMAN, 2012). Já aqui ele defende o que chamou de “*principle of dual arrangement*”, isto é, um arranjo duplo para as exposições, em que uma galeria seria para a exibição de objetos selecionados para promover sua apreciação, e a outra para a instalação de objetos para facilitar sua investigação – princípio que será muito discutido nas décadas seguintes.

Seguindo essa linha, tem-se um marco fundamental que acabou por posicionar definitivamente os museus norte-americanos. Em 1927, Coleman apresentou um relatório na reunião da Organização Internacional de Museus em que definia os museus dos EUA como instituição que abominam o isolamento social (no caso, dos europeus, para os quais o termo “coleção” seria o descritor mais apropriado). Como resultado, os museus dos EUA nasceram para a “ação”, eram concebidos como instituições que empregam suas coleções para fins específicos – no caso, a difusão educativa, a elevação do nível cultural e de instrução dos cidadãos.

Zeller (1989) apresenta uma perspectiva histórica para a compreensão do que ele chama de “fundamentos filosóficos” dos museus norte-americanos. Conforme seu argumento, nos EUA, os museus sempre foram entendidos como instituições educacionais, sendo essa a principal justificativa para seus pedidos e campanhas de financiamento – em vários museus há

placas que destacam essa missão. Para Zeller, a história dos museus nos EUA é, justamente, a história de tornar as coleções acessíveis ao público.

Para se compreender como se chegou a isso, é essencial entender o contexto sócio-político dos EUA no final do século XIX e início do XX: a expansão industrial, a busca pela independência da Europa e a consolidação dos valores liberais. Começando por estes, o constante uso de termos como “pragmática”, “igualitária”, “instrutiva” para caracterizar a instituição museal se alinham com o “fundamento filosófico” do campo. Assim, esses museus espelham o clima social e intelectual da era pós-guerra civil: “*A growing concern with the materialism of American life, coupled with the realization, made apparent by the World Fairs of 1851 and 1876, that in spite of its industrialization, América was still dependent upon Europe for high quality decorative arts*” (ZELLER, 1989, p. 12).

Zeller aponta que era muito comum os museus americanos se proporem a apresentar arte com fins práticos como, por exemplo, os americanos poderem ver, contemplar e estudar as peças expostas, para que as pudessem imitar e, mesmo, superar. O autor fornece vários exemplos. Um deles, o *Pennsylvania Museum of Art*, era inteiramente dedicado à educação, para mostrar à população o que tem sido feito pelos outros países para as pessoas terem a oportunidade de ver e estudar a partir do que foi coletado, e então serem estimuladas a fazer suas próprias manufaturas americanas iguais às de qualquer parte do mundo. Outro exemplo é o da parceria do *Toledo Museum of Art* e o setor privado, de artes e decoração, em que a arte se paga comercialmente no fim, já que os EUA deixariam de gastar milhões de dólares importando objetos de arte. Tal tipo de parceria foi feita também por museus como o *Cleveland Museum of Art* (esforço para constituir coleções para o benefício específico das indústrias e designers locais) e o *Art Institute of Chicago* (permanente aliança entre arte e indústria). Outro caso é o do *Detroit Institute of Arts*, que em 1905 já analisava o incremento do setor turístico e também o estabelecimento de indústria das artes, já que exposições de porcelana, por exemplo, estimulavam a venda de porcelana finas nas lojas e manufaturas das imediações do museu.

A ligação do museu com essa utilidade da arte, sua ligação com a indústria, também era apresentada como formação do “bom gosto”: educar e refinar as pessoas, gerar bom gosto para roupas, moda, decoração, conduzindo ao esclarecimento e à formação moral, sendo assim um “caminho da felicidade”. Dessa forma se entende também a vinculação dos museus na promoção, pelo bom gosto, da responsabilidade civil, a integração e harmonização da

sociedade, incluindo a função de fazer com que *“immigrants could be assimilated, angry workers calmed, and an incipient leisure class returned to productive life”* (ZELLER, 1989, p. 19). É por isso que, por exemplo, organizações de mulheres ajudavam a abrir novos museus, sendo fundamentais para o nascimento de museus em Grand Rapids, Indianapolis e Cincinnati.

Zeller (1989) apresenta como principais teóricos dessa corrente de estudos sobre o museu autores como Benjamin Ives Gilman, Walter Pach, Edward Morse, George Brown Goode, Paul Marshall Rea, John Cotton Dana, entre outros. Deste último, destaca-se um artigo publicado sobre o “novo museu”, em que condena o “museu lúgubre”. Para ele, o museu não deve ser construídos a partir de uma ideia fixa do que o museu deve ser (uma clara referência ao modelo europeu calcado no paradigma do Louvre, local de adquirir raridades, curiosidades, objetos valiosos e colocá-los num lugar para as pessoas verem), mas devem ser responsivos à comunidade, devem proporcionar efetivo aprendizado a partir desses objetos, devem atender a uma necessidade definida e servir a um propósito definido na comunidade. Além disso, os museus deveriam, para Dana (1917 apud LUTZ, 2008) dar provas práticas de sua utilidade, restituindo os impostos proporcionando à população adquirir cultura e instrução, ou seja, os museus deveriam mostrar resultados correspondentes às despesas que representam – e esses resultados deveriam ser “positivos”, tangíveis, visíveis e mensuráveis.

Para além das justificativas e motivações que constituem a “filosofia” desse campo museal funcionalista, destaca-se também uma série de inovações de ordem prática nos museus: novos horários de funcionamento, guias mais didáticos, linguagem simples, priorização de elementos visuais em lugar dos verbais, exposições itinerantes, maior acessibilidade física, entre outros.

Décadas depois, Van Mensch (1995) irá caracterizar o período que vai de 1880 a 1920, nos EUA, como a “primeira revolução dos museus”, em que, justamente, passa-se de uma preocupação centrada nas coleções para um perfil dinâmico, ativo. Mendes (2009) explica esse processo argumentando que o que muda é a hierarquia das funções do museu. No modelo “tradicional”, a função de conservar era superior à de democratizar a tornar a coleção acessível e, na abordagem dos museus americanos, inverteu-se essa prioridade.

A abordagem funcionalista acabou por se manifestar em outras realidades. Na França, ela começou a se desenvolver após a década de 1950, no plano teórico, com Malraux, que argumenta sobre o “museu imaginário” em oposição ao museu “necrópole”, fossilizado. No

campo da prática, deu-se com a criação, em 1971, do *Centre National d'Art et de Culture Georges Pompidou*, no Beaubourg de Paris, que nasce com a proposta de ser um centro “vivo”, “democrático”. Para Gómez Martínez (2006), tratou-se de uma renovação da tradição mediterrânea com a incorporação, pela França, de partes do “modelo americano”. Para Cuito (2002), o espírito de um museu aberto a todo tipo de público, numa preocupação maior em atender esse público, está na base da criação deste centro.

No Canadá, a abordagem funcionalista se deu com uma ênfase menor na ideia de educação e mais a partir do conceito de “comunicação”, com os trabalhos pioneiros de Cameron, em 1968. Conforme Rosas (1994), a ideia de que a difusão é a função básica do museu privilegia a ideia de comunicação, em que emissor, canal, mensagem e receptor devem ser “perfeitos” (isto é, adequados) e o ruído deve ser eliminado ao máximo.

Na década de 1980 houve uma revitalização da corrente funcionalista, principalmente a partir do impacto das tecnologias digitais nos museus e suas potencialidades tanto de acesso remoto quanto de interatividade e design de exposições. Foi principalmente na Inglaterra, a partir do grupo de Leicester liderado por Susan Pearce e Eilean Hooper-Greenhill, que se articularam vários pesquisadores (alguns de outras instituições) em torno de discussões sobre a dinamicidade necessária para os museus. Peter Vergo (1991), da *University of Essex*, chega a propor uma “*New Museology*” buscando justamente aumentar sua eficácia na ligação com o público.

Três áreas mais específicas se desenvolveram ainda dentro da perspectiva funcionalista. A primeira delas é o estudo da tipologia dos museus (AMBROSE; PAINE, 2006), buscando ver campos de aplicação específicos, públicos específicos, linguagens direcionadas. Conforme Hudson (1987), existem tipos diferentes de museus pois cada museu vai ao encontro de uma “real necessidade social”, e são as variações de necessidades que motivam a criação de diferentes tipos de museus. Entre esses vários tipos, pode-se destacar, por exemplo, a importância e o desenvolvimento de reflexões sobre os museus voltados para crianças (CLEAVER, 1992), com todas as adaptações necessárias para o atendimento das especificidades deste público. Hooper-Greenhill (1997) aponta a família como um segmento de público em crescimento, sendo que, em muitos casos, as razões apontadas pelos adultos para ir aos museus são os filhos – embora as exposições continuem voltadas para os adultos. A autora dá, como exemplos de iniciativas pioneiras e bem sucedidas de adaptações para este público, o *Barbados Museum and Historical Society*, que em 1992 abriu uma sala

“*Yesterday’s children*”, e o “*Eureka! The Museum for Children*” aberto na Inglaterra também em 1992.

A segunda é a área de gestão de museus. Conforme Moore (1998), essa área demorou a se desenvolver no campo museal, sendo um tema visto como “heresia” por muitos diretores de museus sob o argumento de que a aproximação a estratégias de mercado poderia desvirtuar a missão original dos museus. Para Ames (1998), é preciso e possível conjugar a missão do museu com o mercado, para que as estratégias de *marketing* não sejam uma ameaça, não entrem em conflito com a missão do museu, mas que possam, sim, facilitar o cumprimento dessa missão em vez de impor suas condições. O autor argumenta, inclusive, que, historicamente, os museus não foram imunes a interesses externos, como aqueles de mecenas, doadores e mesmo governos. Conforme Santos (1970), já em 1959 a UNESCO mostrou-se preocupada com a questão, lançando um livro sobre conselhos práticos para a organização de museus. Para Tobelem (1990), os museus, como instituições, precisam obter eficácia no gerenciamento de seus recursos e no relacionamento com seus públicos.

A terceira área é a que investiga a presença e o impacto das tecnologias digitais nos museus, tanto com discussões sobre os museus virtuais (DELOCHE, 2002) quanto com aquelas voltadas para as interações sociotécnicas dos visitantes com os objetos das exposições (MARTY; JONES, 2008).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos efeitos mais sensíveis do modelo patrimonialista consolidado no final do século XIX foi o de, ao privilegiar a dimensão física das coleções, em seguida as instituições que as guardam e finalmente as técnicas operadas para seu tratamento, efetivamente promover e incentivar uma rígida separação das três áreas (as instituições são diferentes, as técnicas de tratamento também). Tal fato se complementou com as ações, cada vez mais incisivas, nas primeiras décadas do século XX, das associações profissionais em prol do estabelecimento das distinções entre os profissionais de arquivo, de biblioteca e de museu. Profissionais diferentes, em instituições diferentes, utilizando técnicas diferentes para o tratamento de acervos específicos – tal é a resultante da soma das ações ocorridas no plano teórico (com o paradigma custodial) e prático (com o fortalecimento das instituições, dos movimentos profissionais e associativos, e o início dos primeiros cursos universitários).

Ao longo do século XX, contudo, o desenvolvimento de reflexões e teorias funcionalistas nas três áreas conduziu a problematizações de questões bastante próximas entre as três áreas – as funções desempenhadas por elas na sociedade, a compreensão das tipologias, a incorporação das tecnologias). Por meio da perspectiva funcionalista, um importante campo de fertilização se abriu, tanto entre as três áreas com diversas outras ciências (como a Administração, a Sociologia, a Antropologia, entre outras) como das três áreas entre si. No momento brasileiro contemporâneo, em que várias iniciativas de parcerias entre as três áreas têm acontecido (como, por exemplo, a mesa redonda “Aproximações entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: ideias e propostas”, no IV Enecin – Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação, ocorrido em outubro de 2012 no Rio de Janeiro; ou o “ABM Brasil-Portugal”, Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus à luz da era pós-custodial, ocorrido em Salvador em outubro de 2011), recuperar a história a evolução do pensamento funcionalista pode se mostrar como uma atividade importantíssima para dar visibilidade aos pontos de encontro e potenciais de incremento que podem resultar do diálogo entre as três áreas. Ao mesmo tempo, a recuperação da trajetória do pensamento funcionalista é importantíssima para o sempre necessário e nunca concluído processo de consolidação dos campos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. **Archivos y cultura**: manual de dinamización. Gijón: Trea, 2001.

AMBROSE, T.; PAINE, C. **Museum basics**. Londres: Routledge, 2006.

AMES, P. Conjugar la misión con el mercado: un problema para la gestión moderna de los museos. In: MOORE, K. (Org.). **La gestión del museo**. Gijón: Trea, 1998, p. 35-46.

BROOKS, P. C. The select of records for preservation. **American Archivist**, v. 3, n. 4, 1940, p. 221-234.

BUTLER, Meredith (Ed.). **Libraries as user-centered organizations**: imperatives for organizational change. Nova Iorque: Haworth Press, 1993.

CAMERON, D. A viewpoint: the museum as a communication system and implications for museum education. **Curator**, v. 11, n. 1, p. 33-40, 1968.

- CASANOVA, E. **Archivistica**. Siena: Stab Arthi Grafiche Lazzeri, 1928.
- CLEAVER, J. **Doing children's museums**. Charlotte: Williamsom, 1992.
- COLEMAN, L. V. **Manual for small museums**. Londres: Putnams, 1927.
- CUITO, A. (Org.). **Guggenheim**. Barcelona: Loft, 2002.
- DELOCHE, B. **El museo virtual**. Gijón: TREA, 2002.
- DELSALLE, P. **Une histoire de l'archivistique**. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1998.
- DOLLAR, C. **Archival theory and information technologies: the impact of information technologies on archival principles and methods**. Macerata: University of Macerata, 1992.
- FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.
- FURTADO, C. Bibliotecas escolares e a web 2.0: revisão de literatura sobre Brasil e Portugal. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 135-150, jul./dez. 2009.
- GILMAN, B. Y. Aims and principles of the construction and managent of museus of fine art. In: CARBONELL, B. N. (Ed.). **Museum studies: an antologyof contexts**. Malden: Blackwell, 2012, p. 413-420.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, J. **Dos museologías: las tradiciones anglosajona y mediterránea – diferencias y contactos**. Gijón: Trea, 2006.
- HOOPER-GREENHILL, E. (Org.). **Cultural diversity: developing museum audiences in Britain**. London: Leicester University Press, 1997.
- HUDSON, K. **Museums of influence**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.
- JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. Londres: P. Lund, Humphries & Co., 1922.
- KOLSRUD, O. The Evolution of basic appraisal principles- some comparative observations. **American Archivist**, Chicago, v. 55, p. 26-39, 1992.
- LASSO DE LA VEGA, J. **Manual de biblioteconomia: organización tecnica y cientifica de las bibliotecas**. Madri: Mayfe, 1952.
- LITTON, G. **Arte e ciência da biblioteconomia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.
- LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

LÓPEZ CÓZAR, E. **La investigación en biblioteconomía y documentación**. Gijón: Trea, 2002.

LÓPEZ YÉPES, José (Org.). **Manual de ciencias de la documentación**. Madrid: Pirámide, 2006.

LUTZ, B. **A função educativa dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

MARTY, P.; JONES, K. (Orgs.). **Museum informatics: people, information and technology in museums**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

MENDES, J. **Estudos do patrimônio: museus e educação**. Coimbra: Univ. Coimbra, 2009.

MOORE, K. (Org.) **La gestión del museo**. Gijón: Trea, 1998.

MOSTAFA, S. **Epistemologia da biblioteconomia**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1985. 147f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

NUNES, H. **Da biblioteca ao leitor: estudos sobre a leitura pública em Portugal**. Braga: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1996.

PINKETT, H. American archival theory: the state of the art. **American Archivist**, Chicago, v. 44, n. 3. p. 217-222, 1981.

REBELO, C. A. **A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares (1870-1910)**. Porto: Campo das Letras, 2002.

ROSAS, J. La difusión: función básica del museo. In: DÍAZ BALERDI, Iñaki (Org.). **Miscelânea museológica**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, Euskal Herriko Zerbitzua, 1994, p. 263-274.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2002.

SALAÜN, J.M.; ARSENAULT, C. **Introduction aux sciences de l'information**. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.

SANTOS, M. A. **Aspectos da museologia em Portugal no século XIX – Lisboa**. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1970.

SCHELLENBERG, T. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973.

SHERA, J. **The foundations of education for librarianship**. Nova Iorque: Becker and Hayes, 1976.

SILVA, A. M. et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1998.

SILVA, A. M. **A informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

TAYLOR, M. **School library and media center**: acquisitions policies and procedures. Phoenix: Oryx, 1981.

THOMPSON, J. **Library Power**: a new philosophy of librarianship. Londres: Bingley, 1974.

TOBELEM, J.-M. **Musées et culture**: le financement à l'américaine. Mâcon: Editions W; Savigny-le-Temple: MNES, 1990.

URQUHART, D. **The principles of librarianship**. Metuchen: Scarecrow, 1981.

VAN MENSCH, P. Magpies on Mount Helicon. In: SCHÄRER, M. (Ed.). **Museum and community**. ICOFOM Study Series, v. 25, p. 133-138, 1995.

VENTURA, J. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta, 2002.

VERGO, P. (Org.). **The new museology**. Londres: Reaktion, 1991.

ZELLER, T. The historical and philosophical foundations of art museum education in América. In: BERRY, N.; MAYER, S. (Orgs.). **Museum education**: history, theory and practice. Reston: National Art Education Association, 1989, p. 10-89.